

A PRODUÇÃO DE PEÇAS JURÍDICAS NO CURSO DE DIREITO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARTICULAR DE GOIÂNIA: A IMPORTÂNCIA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Návia Regina Ribeiro da Costa (UEG)

Pós-Graduanda no Mestrado Interdisciplinar em Educação Linguagem e Tecnologias. Bolsista Capes. Universidade Estadual de Goiás. Anápolis-GO – naviacr@gmail.com

Maria Eugênia Curado (UEG)

Professora-Orientadora do Mestrado Interdisciplinar em Educação Linguagem e Tecnologias. Universidade Estadual de Goiás. Anápolis-GO – curadoeugenia@hotmail.com

Introdução

A sociabilidade do homem depende do uso da linguagem escrita ou falada, pelo fato de ela constituir-se um meio de expressão material de seu pensamento. Diante disso, em qualquer contexto social, a linguagem é fundamental, porém, neste momento, ela será analisada no campo do Direito, especificamente, em sua manifestação escrita nas peças jurídicas. Nesse cenário, onde se diz que o Direito é a profissão da palavra, é a importância da boa linguagem indiscutível. Talvez nenhuma outra profissão necessite mais da forma verbal adequada que a área jurídica, visto que o Direito é a ciência que regula as relações sociais. No entendimento de Bobbio (*apud* NASCIMENTO, 2009), o jurista não se vale de fatos, em seu exame direto, porém o examina partindo do significado de determinadas palavras, por meio das quais tem a possibilidade de reconstruir esses fatos, valendo-se de textos.

Assim, a pretensão desta pesquisa em voltar o foco para a escrita é pelo fato de os discursos escritos constituírem o instrumento de maior utilização pelo jurista nesse âmbito. Além disso, o texto será considerado como uma ferramenta de interação humana, devendo ser capaz de alcançar coerência não só sintática, que analisa os aspectos da correção linguística, mas também semântica, pragmática, estilística (MATOS; COSTA, 2007). Esse ponto de vista considera que tanto fatores internos quanto externos concorrem para a coerência textual, elemento indispensável para a comunicação eficaz no meio forense.

Dessa forma, entende-se que a ciência que dá conta desta avaliação completa da peça jurídica é a Linguística Textual, que estuda o texto como uma construção que envolve coesão, coerência e pragmática, sobretudo considerando como esses fatores interferem na coerência, em sentido amplo. Assim, deseja-se realizar esta pesquisa, em especial, para compreender o seguinte questionamento: em que medida o processo formativo do aluno no curso de Direito de uma IES particular de Goiânia o

habilita para produzir uma peça jurídica que atenda aos padrões linguísticos e funcionais?

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é compreender como o processo de aquisição de conhecimento linguístico-textual desenvolvido pelo aluno ao longo do curso de Direito de uma IES particular de Goiânia contribui para a sua capacitação à produção de peças jurídicas.

Como objetivos específicos, este estudo visará a investigar se há deficiências linguísticas apresentadas pelo aluno, mediante a análise da peça jurídica por ele produzida, considerando os aspectos estruturais e de funcionalidade; analisar as propostas curriculares das disciplinas que propõem a produção de peças jurídicas, a fim de identificar os procedimentos metodológicos de ensino da estruturação de peças, bem como a bibliografia de base utilizada; verificar que estratégias e recursos o aluno dessas disciplinas utiliza no processo de elaboração de peças jurídicas; avaliar comparativamente as peças produzidas pelo aluno nas disciplinas, a fim de observar se, com o decorrer do curso, ele obtém habilitação para a produção de peças jurídicas.

Metodologia

A presente pesquisa, que se insere no âmbito da linha Linguagem e Práticas Sociais e que busca estudar a linguagem jurídica numa ótica investigativa e exploratória, apoia-se, portanto, na abordagem qualitativa/interpretativista (ANDRÉ, 1995).

Quanto ao processo de desenvolvimento do estudo, este se dará de forma indutiva, uma vez que as abstrações, as hipóteses, os conceitos e as teorias serão construídos com base em características particulares, ou seja, em detalhes (PÁDUA, 2004).

O método de exposição do caso pesquisado será feito com base em perspectiva histórica e dialética do texto jurídico (CARONE, 2001).

Histórica, por considerar que a realidade exige novas formas de compreensão quando da estruturação do texto; dialética, porque, no interior das contradições internas, observa-se a busca pela inovação, pela simplificação da linguagem, rompendo com o formalismo e o tradicionalismo linguístico.

Sobre o tipo de pesquisa, por se tratar de análise do curso de Direito de uma única IES, esta se enquadrará na modalidade estudo de caso institucional (ANDRÉ, 1995).

O *corpus* de análise se comporá de peças jurídicas (Petição Inicial e Contestação) produzidas pelos alunos matriculados em uma das turmas de cada disciplina que propõe a redação dessas peças, bem como pelo plano de curso dessas disciplinas.

Em se tratando de base teórica, no campo da Comunicação jurídica, a pesquisa valer-se-á de autores, como Rosa (2003); Petri (2001); Paiva (2006); Xavier (2010); Damião e Henriques (2009); Aquino e Douglas (2011); Schocair (2008); Nascimento (2009); Sabbag (2005), Matos e Costa (2007). Já no campo da Linguística textual, a investigação se dará especialmente nas obras de Koch (2009, 2010, 2011, 2012), podendo-se acrescentar outros.

Como fases dessa investigação, podem-se citar revisão da bibliografia relacionada à Comunicação Jurídica e à Linguística Textual; negociação com o departamento de Direito da IES escolhida para a entrada da pesquisadora no campo; composição do *corpus* de análise; análise do *corpus*; organização do roteiro de apresentação dos resultados; redação final do trabalho; qualificação; revisão da redação final; apresentação à banca.

Resultados e discussão

O mundo jurídico utiliza-se de uma linguagem especializada e que se vale de termos técnicos para conceber os pensamentos de quem necessita comunicar-se nessa área, com grandes exigências acerca da busca de uma linguagem que prima pela correção verbal, visto que “[...] o Direito é uma ciência que disciplina a conduta das pessoas e o faz por meio de uma linguagem prescritiva e descritiva” (DAMIÃO; HENRIQUES, 2004, p. 28).

Assim, no campo forense, o pensamento do emissor deve ser tecido num enunciado capaz de alcançar comunicação efetiva junto ao receptor da mensagem. Isso exige do redator habilidade em termos de relação sintagmática, seleção e organização de ideias na estrutura textual da peça jurídica, de forma lógica e conexa, formando, assim, um todo significativo (MATOS; COSTA, 2007).

Os autores que tratam da linguagem jurídica são unânimes em considerar a importância da

correção linguística no texto forense. Entretanto, faz-se necessário mencionar que a maioria deles enfoca sobretudo o aspecto sintático-semântico do texto, isto é, sua coerência interna, ao fixar-se na regras preconizadas pela gramática normativa. Poucos são os estudiosos que abordam a questão da pragmática nos textos jurídicos e, quando o fazem, é de maneira superficial.

Diante disso, esta pesquisa vê a necessidade de se aprofundarem os estudos relacionados ao papel do contexto e da cognição nos textos jurídicos, devendo-se, portanto, abordá-los numa concepção sociocognitivo-interacionista. Para tanto, a ciência que dá conta da análise de um texto em sua completude, considerando sua estrutura coesiva (formal/gramatical), coerente (conceitual), pragmática (funcional) e cognitiva é a Linguística Textual.

Considerações finais

Este estudo enfatizou a necessidade de se estruturar um texto jurídico, considerando-se sua eficácia nas interações verbais do campo forense. Para tanto, entende-se que os padrões de textualidade preconizados pela Linguística Textual devem se fazer presentes, visto que esta ciência analisa o discurso em sua completude, isto é, observando-se não só sua coerência interna, mas também contextual.

Nesse sentido, o que se objetiva com esta pesquisa é contribuir com o meio acadêmico jurídico, no que se refere a um ensino de produção textual de forma contextualizada, e, por extensão, com a prática forense, na estruturação de peças jurídicas que sejam coesas, coerentes e funcionais.

Agradecimentos

Agradeço à Capes pela concessão da bolsa no programa DS/PROAP. Também à minha orientadora Maria Eugênia Curado pelo apoio constante desde o primeiro momento do curso.

Referências

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- AQUINO, Renato; DOUGLAS, Willian. **Manual de português e redação jurídica**. 3. ed. Niterói: Impetus, 2011.
- BRASIL. **Código de Processo Civil**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- CARONE, Iray. A dialética marxista: uma teoria epistemológica. In: LANE, Silvia, T. M.; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KOCH, Ingedore. **Introdução à linguística textual**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2009.

KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, Keila; COSTA, Návia. **Produção científica jurídica**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2007.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem forense**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PÁDUA, Elisabeth Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10. ed. ver. e atual. Campinas: Papirus, 2004. Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico.

PAIVA, Marcelo. **Português jurídico** – prática aplicada. 2. ed. Brasília: Fortium, 2006.

PETRI, Maria José Constantino. **Linguagem jurídica**. 4. ed. São Paulo: Plêiade, 2001.

ROSA, Eliasar. **Os erros mais comuns nas petições**. 10. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Redação forense e elementos da gramática**. São Paulo: Premier Máxima, 2005.

SCHOCAIR, Nelson Maia. **Português jurídico**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no direito**. 16. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.